



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 190 / 2025**



Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhora Vereadora,  
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente **Projeto de Lei Complementar**, que visa alterar o artigo 6º da Lei Municipal nº 810/2012, para disciplinar, de forma escalonada e responsável, a idade máxima permitida para os veículos utilizados no transporte escolar da rede pública municipal.

A iniciativa resulta de avaliação técnica da Secretaria Municipal de Educação, que demonstrou que a **aplicação imediata do limite etário de 15 anos**, previsto para o exercício de 2026, **acarretaria aumento expressivo nos custos da contratação do transporte escolar**, comprometendo a sustentabilidade orçamentária da pasta.

De acordo com **cotação prévia realizada no exercício de 2025 visando as contratações de 2026**, a média do valor por quilômetro rodado para veículos com até 15 anos de fabricação será de **R\$ 19,76**, enquanto a média atualmente praticada é de **R\$ 9,42**. Isso representa um **aumento estimado de mais de 109% nas despesas com transporte escolar**, o que comprometeria a capacidade de atendimento às rotas existentes e colocaria em risco a prestação de um serviço essencial ao direito à educação, especialmente para os alunos da zona rural.

Para viabilizar uma **transição progressiva e orçamentariamente viável**, o projeto estabelece a seguinte sistemática escalonada para a idade máxima dos veículos:

- **20 anos** para o ano letivo de **2026**;
- **19 anos** para o ano letivo de **2027**;
- **15 anos** a partir do ano letivo de **2028**.

Frise-se que, independentemente do ano de fabricação, **todos os veículos continuarão sujeitos a rigorosas vistorias periódicas** por parte dos órgãos de fiscalização competentes, garantindo que somente veículos em perfeitas condições de uso sejam utilizados.



Considerando a urgência para definição dos critérios técnicos e legais que nortearão os contratos e licitações para o transporte escolar de 2026, bem como a necessidade de adequação prévia da rede contratada, solicito os bons préstimos dos nobres Vereadores no sentido **que este Projeto de Lei Complementar seja apreciado em regime de urgência urgentíssima**, nos termos do art. 65 da Lei Orgânica do Município.

Renovando minha confiança na sensibilidade e compromisso desta Casa Legislativa com a boa gestão dos recursos públicos e com a continuidade dos serviços essenciais, apresento protestos de elevada estima e consideração.

São Francisco do Guaporé - RO, 09 de dezembro de 2025.



**José Wellington Drumond Gouvêa**  
*Prefeito Municipal*



PROJETO DE LEI Nº 190 / 2025



***"Altera o artigo 6º da Lei Municipal nº 810, de 20 de março de 2012, que disciplina o Serviço de Transporte Escolar no Município de São Francisco do Guaporé/RO, e dá outras providências."***

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ – RO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

**Art. 1º** O artigo 6º da Lei Municipal nº 810/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os veículos tipo micro-ônibus e ônibus, utilizados no serviço de transporte escolar no âmbito do Município de São Francisco do Guaporé, serão submetidos a vistorias semestrais até completarem a idade-limite de utilização, conforme o seguinte cronograma:

Ano Letivo	Idade Máxima do Veículo	Ano de Fabricação
2026	20 anos	2006
2027	19 anos	2008
2028	15 anos	2013

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a redação dada ao artigo 6º da Lei nº 810/2012 pela Lei nº 2.320/2023.

São Francisco do Guaporé – RO, 09 de dezembro de 2025.



**José Wellington Drumond Gouvêa**  
Prefeito Municipal